



19/05/2023

Número: **0840725-10.2022.8.19.0038**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu**

Última distribuição : **18/11/2022**

Valor da causa: **R\$ 681.481.168,50**

Assuntos: **Administração judicial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
RIOPET EMBALAGENS S.A. (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPÇÃO DE SOUZA (ADVOGADO) EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO)
INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPÇÃO DE SOUZA (ADVOGADO)
RESIN PLASTICOS LTDA (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPÇÃO DE SOUZA (ADVOGADO)
BMW PARTICIPACOES LTDA (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPÇÃO DE SOUZA (ADVOGADO)
HAYNA BITTENCOURT (REPRESENTANTE)	GLAUCIA CRISTINA MACHADO (ADVOGADO)
1º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias (REQUERIDO)	
2º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias (REQUERIDO)	
3º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU ESTADO DO RIO DE JANEIRO (REQUERIDO)	
2 Ofício de Justiça de Rio Bonito (REQUERIDO)	
Gartório Ofício Único de Cordeiro (REQUERIDO)	
IEPTB-SP-Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (REQUERIDO)	
FIDC-CARIOCA (REQUERIDO)	OTTO WILLY GUBEL JUNIOR (ADVOGADO) SERGIO SANTOS HERDINA (ADVOGADO)
FIDC-GOAL (REQUERIDO)	OTTO WILLY GUBEL JUNIOR (ADVOGADO)
FIDC-SIGOOB (REQUERIDO)	OTTO WILLY GUBEL JUNIOR (ADVOGADO)
FIDC-TEMPO (REQUERIDO)	OTTO WILLY GUBEL JUNIOR (ADVOGADO)
Murilo Matuch de Carvalho (ADMINISTRADOR JUDICIAL)	

MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS (ADMINISTRADOR JUDICIAL)		MURILO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO)	
BANCO SOFISA S A (INTERESSADO)		HERNANI ZANIN JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54559356	19/04/2023 01:06	Relatório Circunstanciado do Administrador Judicial	Petição

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE NOVA IGUAÇU – RIO DE JANEIRO

Proc. nº 0840725-10.2022.8.19.0038

MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, representado pelo seu sócio **MURILO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador Judicial das sociedades empresárias **RIOPET EMBALAGENS S/A, INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA., RESIN PLÁSTICOS LTDA. e BMW PARTICIPAÇÕES LTDA.**, conjuntamente denominadas **GRUPO RIOPET**, nos autos da presente **Recuperação Judicial**, vem a Vossa Excelência apresentar **Relatório Circunstanciado** do feito, desde a r. decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial de Id. 36743744, expondo os atos processuais realizados até a presente data, bem como requerendo, ao final, diligências para o correto prosseguimento, na forma que segue.

I. Breve síntese dos fatos

01. Por meio da judiciosa decisão de Id. 36743744, Vossa Excelência deferiu o processamento da recuperação judicial em epígrafe e nomeou o Subscritor para exercer o elevado múnus de Administrador Judicial, tendo sido prontamente assinado o Termo de Compromisso, que está juntado no Id. 37034050, com a assunção de todas as responsabilidades inerentes ao encargo.

Rua da Assembleia, 40 – 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – Brasil
CEP 20011-000 PABX (55 21) 2544 0989 www.mcaa.adv.br



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

02. Cumpre anotar que, na r. decisão de Id. 36743744, os honorários desse Auxiliar foram fixados em 2% (dois por cento) sobre os créditos submetidos à recuperação, em conformidade com o art. 24 da Lei 11.101/2005, tendo havido a dispensa da apresentação de certidões negativas para que as Recuperandas exerçam suas atividades e ordem de suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades em recuperação, na forma do art. 6º da LRF e mais as exceções previstas no § 3º e § 4º do art. 49, da referida Lei.

03. Esse r. Juízo deferiu, ademais, a tutela provisória requerida pelas Autoras, para suspender os efeitos dos protestos listados no anexo 22 da petição inicial, bem como para determinar a abstenção de novos protestos por parte dos clientes listados no anexo 23. Outrossim, determinou que as Recuperandas apresentem contas demonstrativas mensais durante todo processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores.

04. Por fim, determinou a intimação do Ministério Público, da Fazenda Pública Federal e as de todos os Estados e Municípios em que as Recuperandas possuem estabelecimentos, e ordenou a publicação do edital previsto no art. 52, § 1º, da Lei de regência.

05. Ato contínuo, em atendimento à r. decisão supracitada, a diligente Serventia deste r. Juízo expediu o mandado de intimação deste Administrador Judicial (Id. 36770797), além dos seguintes:

- Id. 36793036: Cartório do 1º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias;
- Id. 36807961: Cartório do 2º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias;
- Id. 36810230: 3º Serviço Notarial e Registral de Nova Iguaçu;
- Id. 36812418: Cartório do 2º Ofício de Justiça de Rio Bonito;
- Id. 36813500: Cartório Ofício Único de Cordeiro;
- Id. 37079158: FIDC Carioca;
- Id. 37079189: FIDC Goal;
- Id. 37080695: SICOOB;
- Id. 37080966: FIDC Tempo;



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

06. Conforme certificado nos autos, foram cumpridas as diligências abaixo relacionadas:

- Id. 36875374: Administrador Judicial;
- Id. 36922795: Cartório do 2º Ofício de Rio Bonito;
- Id. 37177410: 3º Serviço Notarial e Registral de Nova Iguaçu;
- Id. 37221179: Cartório do 1º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias;
- Id. 37228344: FIDC Carioca;
- Id. 37324591: FIDC Tempo;
- Id. 37337879: SICOOB;
- Id. 37522221: FIDC Goal;
- Id. 37567089: Cartório do Ofício Único de Cordeiro;

07. Em petição protocolada em 30 de novembro de 2022, Id. 38120618, as Recuperandas requereram a juntada da relação nominal de credores atualizada até a data do pedido de recuperação judicial, em substituição ao anexo 08 da petição inicial, bem como de planilha atualizada de “Títulos Protestados” e de “Títulos Vencidos e a Vencer”, em substituição aos anexos 22 e 23, respectivamente.

08. Na oportunidade, elucidaram que alguns cartórios não observaram a necessidade de suspensão dos protestos também de clientes listados nos anexos 22 e 23, e requereram que os cartórios de protestos listados na planilha anexa ao Id.38120621 fossem devidamente oficiados por correspondência eletrônica, para que suspendessem os efeitos dos protestos já realizados, em até 72 (setenta e duas) horas do recebimento da referida comunicação, sob pena de multa diária por cada protesto não suspenso.

09. Consoante se verifica de Id. 38486642, este Administrador Judicial opinou pelo deferimento do pedido *supra* formulado pelas Recuperandas, tendo pugnado, ainda, pelo desentranhamento de todos os requerimentos de habilitação, divergência ou impugnação de crédito feitos através de protocolo nos autos principais, a fim de evitar tumulto no andamento do presente feito.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

10. Em Id. 38682511, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Goal One opôs embargos de declaração em face da decisão de Id.36743744, alegando que esta baseou-se em premissa equivocada, ao determinar a suspensão dos efeitos dos protestos efetuados pelas empresas de Factoring e pelos Fundos contra os clientes das Recuperandas.

11. Nos sobreditos Aclaratórios, o FIDC Goal afirmou que o r. Juízo foi induzido a erro pelas Recuperandas, *ao confiar na informação de que na relação de títulos descrita no Anexo 22 da petição inicial estariam descritos apenas títulos adquiridos em cessões de crédito feitas sem a anuência dos sacados*.

12. Nessa linha, requereu o provimento dos embargos, a fim de que o r. Juízo reconhecesse ter se baseado em premissa equivocada em relação aos títulos das Recuperandas, que não se enquadram entre as operações comissárias apontadas por estas, retificando a sua decisão, em relação a esses títulos, para excluí-los dos efeitos da antecipação de tutela, mantendo-se os respectivos protestos.

13. As Recuperandas também opuseram embargos de declaração em face da r. decisão de Id. 38700495, requerendo que a remuneração deste Administrador Judicial fosse reconsiderada, por entenderem que o percentual de 2% (dois por cento) fixado no referido *decisum* acabaria se tornando um obstáculo ao projeto de soerguimento. Na ocasião, sugeriram a fixação do percentual máximo de 0,8% (zero vírgula oito por cento) sobre o passivo de R\$ 689.709.597,39 (seiscentos e oitenta e nove milhões e setecentos e nove mil e quinhentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos).

14. O DSX Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Fomento Carioca Factoring Ltda., Unavanti Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, Limine Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Via Capital Artemus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial, Braspor Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Singulare Corretora de Títulos Valores Mobiliários S/A, Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios da Indústria Exodus Institucional, GC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, Investhor FIDC NP, Tempo Factoring Ltda. e Treviso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial, apresentaram, em Id. 39429394, impugnação ao processamento da presente recuperação judicial.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

15. Em síntese, os Impugnantes aduzem que a petição inicial deve ser indeferida, com a extinção do feito sem resolução de mérito, por entenderem que a ação foi manejada com desvio de finalidade.

16. Requereram, na hipótese do pleito de extinção não ser acolhido, (i) a inclusão das sociedades empresárias Suriyah, Boghoz e Elevapet no polo ativo da presente demanda, afirmando que pertencem ao mesmo grupo econômico e supostamente se beneficiaram de empréstimos milionários; (ii) a determinação de constatação prévia, na forma art. 51-A da Lei 11.101/2005; (iii) a abertura total dos livros empresariais das Recuperandas para perícia, nos termos do art. 464 do Código de Processo Civil; (iv) a revogação do stay period; (v) a destituição dos administradores das Recuperandas, que supostamente teriam cometido crimes previstos na Lei de regência, com a consequente nomeação de gestores judiciais, na forma prevista no art. 64 da LRF; (vi) o depósito em juízo dos valores originários das operações que seriam objeto da constatação prévia, diante de suposto risco de prejuízos às concessionárias de crédito; e, por fim, (vii) a suspensão do feito até a disponibilização de documentação suplementar, em razão de alegada suspeita da idoneidade documental.

17. Na sequência, em Id. 39527088, o FIDC DSX, Fomento Carioca Factoring Ltda., FIDC Unavanti, Limine Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., FIDC Via Capital Artemus, FIDC Braspor, Singulare Corretora de Títulos Valores Mobiliários S/A, FIDC Exodus Institucional, FIDC GC, Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, Investhor FIDC NP, Tempo Factoring Ltda. e FIDC Treviso, comunicaram a interposição do Agravo de Instrumento nº0095978-33.2022.8.19.0000, em razão do Edital de publicação do deferimento da recuperação judicial (sic).

18. Em Id. 39580185, esse r. Juízo proferiu decisão, determinando, dentre outras providências, o desentranhamento de todas as petições de habilitação e pedido de anotação de patrono para o fim de publicação e intimação de decisões em seus nomes protocolados nestes autos, bem como de todos os futuros requerimentos nesse sentido, conforme requerido esse Administrador Judicial na manifestação de Id.38486642.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

19. Na ocasião, Vossa Excelência deferiu os pedidos formulados pelas Recuperandas no Id. 38120618, para que fossem alterados os anexos 08, 22 e 23 da petição inicial, bem como tornou sem efeito o Edital de Id. 36817947.

20. Determinou, ainda, a intimação das partes respectivas para apresentação de resposta, diante dos embargos de declaração de Id. 38682511 e 38700495, bem como fossem intimados as Recuperandas, o Administrador Judicial e o Ministério Público acerca da impugnação ao processamento da recuperação judicial de Id. 39429394.

21. Por fim, deferiu-se o pedido formulado pelas Recuperandas no Id.38120618, a fim de que fossem oficiados eletronicamente os Cartórios de Protestos listados na planilha de Id. 38120621, determinando-se a suspensão dos efeitos dos respectivos protestos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por cada protesto não suspenso no prazo assinalado.

22. Em atenção à determinação supra, foi expedido o ofício de Id.39613735, sendo certo que as Serventias infra listadas acusaram o recebimento e informaram o cumprimento da r. decisão de Id. 39580185:

- Id. 40132532: 1º Tabelionato de Protesto de Itabirito-MG;
- Id. 40134012: 7º Tabelionato de Protesto de Letras e Títulos;
- Id. 40139135 e 41699017: 8º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos da Comarca da Capital-SP
- Id. 44153552 e Id. 44589633: 2º Tabelião de Protesto de São Paulo;
- Id. 41506153: Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de Vinhedo-SP;
- Id. 41638483: 3º Tabelionato de Protestos de Porto Alegre-RS;
- Id. 41699018: Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de Jundiaí-SP;
- Id. 41699019 e Id. 41934080: 1º Tabelionato de Protesto de Títulos de Uberlândia-MG;
- Id. 41933320, Id. 42364439 e Id. 42614664: 1º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias-RJ;
- Id. 41934074: 7º Distribuidor do Rio de Janeiro;



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

- Id. 41934075 e Id. 41934076: 2º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de Campinas-SP;
- Id. 41934079, Id. 42365449, Id. 52354429, Id. 52355635 e Id. 52373556: Tabelionato do 3º Ofício de Protesto de Títulos do Rio de Janeiro;
- Id. 53130630: Tabelionato do 1º Ofício de Protesto de Títulos do Rio de Janeiro;

23. Em Id. 41093466, o Day Maxx 2 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados comunicou a interposição do Agravo de Instrumento nº0099398-46.2022.8.19.0000 em face da r. decisão de Id. 36743744, que determinou que os Fundos se abstenham de realizar protestos em face dos clientes das Recuperandas.

24. Ato contínuo, em Id. 41209953, o FIDC DSX, Fomento Carioca Factoring Ltda., FIDC Unavanti, Limine Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., FIDC Via Capital Artemus, FIDC Braspor, Singulare Corretora de Títulos Valores Mobiliários S/A, FIDC Exodus Institucional, FIDC GC, Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, Investhor FIDC NP, Tempo Factoring Ltda. e FIDC Treviso requereram a juntada de parecer elaborado por perito técnico contábil, que seguiu anexo ao Id. 41209955, no qual examinou-se as demonstrações contábeis do Grupo Riopet e sua estrutura operacional e societária, balanços, demonstração de mutações do patrimônio líquido e demonstração do resultado dos anos de 2018 a 2021 e especial de 2022, e conclui-se, em suma, que não há credibilidade nos demonstrativos e que existem indícios de que o grupo econômico se utilizou de possíveis manobras ilegais para ter vantagem no mercado financeiro.

25. Por petição de Id. 42675997, apresentada em 19 de janeiro de 2023, as Recuperandas requereram a juntada tempestiva do seu Plano de Recuperação Judicial, acompanhado do respectivo laudo de viabilidade econômico-financeira e do laudo de avaliação dos ativos, na forma do art. 53, I, II e III da LRF, bem como de sugestão de minuta do Edital previsto no *caput* do referido artigo, requerendo a emissão do respectivo ID para pagamento das custas pertinentes.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

26. O Ministério Público apresentou parecer em Id. 43086429, contendo breve relatório da presente ação, bem como a indicação de um parecer contábil anexo em Id. 43086430.

27. Na ocasião, o *Parquet* opinou da seguinte forma:

1- Pela intimação das recuperandas para que juntem os balanços patrimoniais, demonstrações financeiras (DRE, DLPA E DFC) e as Notas Explicativas, dos 03 (três) últimos exercícios sociais devidamente assinados pelo Contador e titular ou representante legal (assinados digitalmente) e posteriormente o balanço definitivo de “2022”, no prazo definido na legislação vigente (IN Nº 2.082 DE 18 DE MAIO DE 2022) levantados e confeccionados em livros próprios e transmitidos pelo SPED – Sistema Público de Escrituração Digital Contábil – ECD, acompanhados dos recibos de entrega junto a RFB conforme disposto na IN 2.003 de 18/01/2021 – RFB e em cumprimento ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade;

2- Pela designação da perícia prevista no art. 51-A nos documentos juntados pelas partes neste processo e nos seguintes livros das recuperandas: 1) balanço patrimonial e DRE dos três últimos anos, extraído do SPED, com termo de abertura e encerramento com as notas explicativas; (2) balancetes/DRE comparativos de 2018 a 2022; (3) razão da conta partes relacionadas de 2019 a 2022; (4) razão da conta de todos os mútuos de 2019 a 2022; (5) razão da conta CMV de 2019 a 2022; (6) razão da conta assessoria e consultoria de 2022; (7) registro de entrada e saída com resumo de ICMS de 2020 a 2022; (8) razão da conta estoques de 2021 e 2022; (9) razão da conta clientes a receber de 2020 a 2022; e (10) razão da conta duplicatas descontadas de 2020 a 2022;

3- Pela intimação do Administrador Judicial para que se manifeste a respeito das alegações das FIDC’s de ind. 39429394, documentos anexados, e parecer contábil de ind. 41209955.

Rua da Assembleia, 40 – 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – Brasil
CEP 20011-000 PABX (55 21) 2544 0989 www.mcaa.adv.br

8



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

- 4- Pelo indeferimento do pedido de inclusão no polo ativo de outras empresas coligadas do grupo econômico recuperando;
- 5- Pela intimação das recuperandas para que esclareçam os mútuos de mais de R\$ 50 Milhões para outras empresas do grupo econômico e para beneficiários não identificados;
- 6- Tendo em vista o princípio constitucional do contraditório, pela intimação das recuperandas para que se manifestem a respeito das alegações das FIDC's de ind. 39429394, documentos anexados e parecer contábil de ind. 41209955, em um prazo de cinco dias, sob pena de afastamento dos gestores com fulcro no art. 64 c/c art. 168, ambos da Lei n.º 11.101/2005;
- 7- Pela intimação das requerentes credoras FIDC's de ind. 39429394 para que juntem cópias das aberturas de cadastro das recuperandas referentes aos contratos celebrados pelas recuperandas e as FIDC's e propostas de negócios entre as partes em que constem os documentos contábeis apontados como fraudes, Demonstrativo de Resultados de 2021, Balanços Patrimoniais de 2022, 2021 e 2020.

28. Em Id. 43216037, o Estado do Rio de Janeiro comunicou a existência de débitos tributários em nome das sociedades em recuperação, cujas certidões se encontram com exigibilidade suspensa em razão de parcelamento.

29. Ato contínuo, o Pinarello Fundo de Investimento em Direitos Creditórios opôs embargos de declaração em face da r. decisão de Id. 36743744, aduzindo que o *decisum* é obscuro, eis que entendeu que os protestos tirados contra cientes das Recuperandas seriam exigíveis contras estas, e que, no mais, as requeridas são ilegítimas para pleitearem direito alheio em nome próprio.

30. Aduz, ainda, que se trata de premissa equivocada, que acarretou a falta de clareza e confusão de ideias em relação aos fatos narrados e a realidade da relação contratual com o Embargante, pelo que requereu o conhecimento e provimento dos Aclaratórios, com o fim de esclarecer a obscuridade apontada, revogando ou revendo a parte da decisão vergastada.

Rua da Assembleia, 40 – 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – Brasil
CEP 20011-000 PABX (55 21) 2544 0989 www.mcaa.adv.br

9



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

31. Em manifestação de 1º de fevereiro de 2023, Id. 44332350, as Recuperandas notificaram que as instituições financeiras Itaú e Sofisa começaram a conjecturar acerca da possibilidade do ingresso do pedido de recuperação judicial, e, assim, de modo desarrazoado, efetuaram injustificáveis bloqueios de valores que se encontravam em suas contas bancárias dias antes, e até mesmo depois, do pedido de recuperação judicial.

32. Ressaltaram que *os valores bloqueados são astronômicos e na totalidade dos débitos*, ato injustificável, na medida em que *o atraso no pagamento de parcelas era de no máximo alguns dias*, de modo que não parece crível a antecipação integral dos contratos, com retenção de toda a quantia existente nas aplicações das empresas Recuperandas.

33. Na oportunidade, afirmaram que, perplexas e irresignadas, contactaram as instituições financeiras, tentando reaver as quantias indevidamente retidas, solicitando a compensação somente da única parcela em atraso do débito que possuíam, mas mantendo-se o restante dos valores em aplicações financeiras juntos aos respectivos Bancos, *sem terem obtido êxito*.

34. Expuseram que a quantia bloqueada, por óbvio, impacta diretamente na manutenção e no incremento de suas atividades empresariais, eis que, como qualquer empresa, dependem diretamente do seu fluxo de caixa.

35. Relataram que, por esse motivo, buscaram tentativas de negociações extrajudiciais com as instituições financeiras, ato que demonstra boa-fé no sentido de adimplir suas obrigações, no período antecedente ao pedido de recuperação judicial, e, no entanto, não obtiveram êxito, pela ausência de razoabilidade dos Bancos.

36. As Recuperandas destacaram que a falta de razoabilidade fica ainda mais demonstrada quando se denota que, mesmo após o pedido de recuperação judicial, do deferimento do processamento e do *stay period* em 18 de novembro de 2022, os Bancos continuaram a liquidar antecipadamente os contratos e a efetuarem bloqueios, sendo certo que o total retido indevidamente após o pedido de recuperação judicial perfaz a quantia de R\$ 2.472.687,13 (dois milhões quatrocentos e setenta e dois mil seiscentos e oitenta e sete reais e treze centavos).



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

37. Em seguida, detalharam que, após 18 de novembro de 2022, data do pedido de recuperação judicial, a retenção do Banco Itaú atingiu a quantia de R\$913.109,01 (novecentos e treze mil cento e nove reais e um centavo), ao passo que a do Banco Sofisa alcançou o valor de R\$ 1.558.578,12 (um milhão quinhentos e cinquenta e oito mil quinhentos e setenta e oito reais e doze centavos), tendo colacionado o excerto que ilustra o quanto afirmado.

38. Afirmaram, ademais, que não buscam se eximir de efetuar o pagamento do crédito devido aos Bancos Itaú e Sofisa, sendo certo que ambos constam listado na relação de credores de Id. 38120619, respectivamente pelos valores de R\$40.007.839,09 (quarenta milhões sete mil oitocentos e trinta e nove reais e nove centavos), e R\$ 12.138.824,78 (doze milhões cento e trinta e oito mil oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos), que serão pagos na forma do plano de recuperação judicial já apresentado.

39. Salientaram, outrossim, que o encadeamento lógico do caso concreto se encerra com a aplicação do *stay period*, prazo de 180 (cento e oitenta) dias, pelo qual as Recuperandas têm, por força do art. 6º da Lei 11.101/2005, a prerrogativa de não sofrerem atos de constrição patrimonial.

40. Prosseguiram no afirmar de que a impossibilidade de atos constitutivos por Juízos alheios ao da recuperação judicial e, por óbvio, de credores concursais listados na relação de credores é tão pacífica que se encontra sedimentada no Enunciado 74 da II Jornada de Direito Comercial do Conselho Nacional de Justiça.

41. Nessa ordem de ideias, as Recuperandas pugnaram a este r. Juízo fosse determinada a imediata liberação das importâncias de R\$ 913.109,01 (novecentos e treze mil cento e nove reais e um centavo) e R\$ 1.558.578,12 (um milhão quinhentos e cinquenta e oito mil quinhentos e setenta e oito reais e doze centavos), indevidamente bloqueadas pelos Bancos Itaú e Sofisa.

42. Em r. decisão proferida no Id. 45004848, esse r. Juízo determinou: (i) a republicação do Edital previsto no art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005; (ii) fosse certificado se as Recuperandas e o Administrador Judicial se manifestaram sobre os embargos de declaração de Id. 38682511 e Id. 38700495 e sobre a impugnação de Id. 39429394; e (iii) a intimação das Recuperandas sobre os embargos de declaração de Id. 43721798.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

43. Ordenou, ainda: (iv) a intimação do Administrador Judicial e do Ministério Público acerca do Plano de Recuperação Judicial apresentado no Id.42675997; (v) o cumprimento dos itens 1, 3, 5, 6 e 7 do parecer do Ministério Público de Id. 43086429, bem como a manifestação do Administrador Judicial acerca do item 4; (vi) o desentranhamento dos requerimentos de habilitação e pedidos de anotação de patronos; e, por fim, (vii), a intimação do Ministério Público sobre Ids 44332391 e 44332350, com urgência.

44. Na sequência, em Id. 45491940, esse Administrador Judicial apresentou manifestação acerca do pleito das Recuperandas de Id. 44332350, opinando no sentido do deferimento do pedido de liberação das importâncias indevidamente bloqueadas pelas instituições financeiras Itaú e Sofisa.

45. Na ocasião, após esmiuçada análise dos extratos acostados em Ids. 44332345, 44332346 e 44332347, essa Administração Judicial pôde atestar que assiste razão as Recuperandas, eis que, de fato, os Bancos Itaú e Sofisa passaram a efetivar bloqueios, que totalizam o vultoso montante de R\$ 2.472.687,13 (dois milhões quatrocentos e setenta e dois mil seiscientos e oitenta e sete reais e treze centavos), quando já havia sido deferido o processamento desta recuperação judicial, isto é, a partir de 18 de novembro de 2022.

46. Verificou-se, ainda, que os valores bloqueados pelo Banco Sofisa são atinentes aos contratos CTR PAF 08854 e PMT 20293-0, crédito concursal devidamente listado pela Recuperanda Riopet Embalagens S/A na classe III (quirografários), em Id. 38120619.

47. Assim, conclui-se – indene de dúvidas - que a referida instituição financeira realizou bloqueios na conta da Recuperanda Riopet Embalagens para liquidação de dívida submetida ao concurso de credores, regularmente listada na presente recuperação judicial, o que vai de encontro à Lei de regência, bem como à Jurisprudência uníssona sobre o tema, ferindo, diretamente, o princípio do *pars conditio creditorum*.

48. Quanto aos bloqueios realizados pelo Banco Itaú, credor igualmente listado na classe III (quirografários), verificou-se que a referida instituição financeira efetivou inúmeros bloqueios de mesmo valor no dia 18 de novembro de 2022, data do pedido de recuperação judicial, e da decisão de deferimento do processamento.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

49. Essa Administração Judicial, oportunamente, rememorou que o *stay period*, a que se refere o art. 6º da Lei 11.101/2005 se encontra em plena vigência, sendo certo que na r. decisão de deferimento do processamento desta recuperação judicial, de Id.36743744, esse r. Juízo determinou a suspensão das ações e execuções em curso contra as Recuperandas, e mais as exceções previstas no art. 49, parágrafos 3º e 4º da LRF.

50. Assim, ainda que os bloqueios efetivados pelo Banco Itaú guardassem relação com crédito não submetido aos efeitos da recuperação judicial, não seria possível efetivá-los, eis que em pleno vigor o período de suspensão previsto na Lei de regência.

51. Por fim, essa Administração Judicial salientou que, a toda evidência, a manutenção dos aludidos bloqueios impacta negativamente no projeto de soerguimento em curso, podendo, inclusive, frustrá-lo por completo, em desrespeito aos elevados Princípios de Direito que colimam a preservação da empresa e a manutenção de sua função social, com o que não se pode transigir, em meio ao trâmite do presente feito recuperacional.

52. Em cumprimento à r. decisão de Id. 45004848, foi expedido o Edital previsto no art. 52, § 1º, da LRF, tendo ocorrido a sua publicação do Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro na data de 10 de fevereiro de 2023, no Caderno V, Ano 15 – nº 104/2023.

53. Ato contínuo, foi proferida a r. decisão de Id. 45539942, deferindo o pleito das Recuperandas de Id. 44332350 e, conseqüentemente, ordenando a liberação imediata dos valores bloqueados pelos bancos Itaú e Sofisa, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

54. Na oportunidade, este r. Juízo consignou seu entendimento de que não havia justificativa ou legalidade no atuar das instituições financeiras, que estavam a prejudicar a formação e manutenção do capital de giro das Recuperandas, colocando em risco o propósito do processo de reestruturação das empresas. Ressaltou-se, ainda, o risco de violação ao princípio da *pars conditio creditorum*, ao *stay period* e à anterior decisão de Id. 36743744.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

55. Em Id. 45564098, essa Administração Judicial apresentou seu relatório de providências já tomadas desde a assinatura do Termo de Compromisso, das quais pode-se destacar a inspeção *in loco* no Parque Fabril do Grupo RIOPET, realizada no dia 25 de novembro de 2022, a fim de constatar as reais condições físicas de funcionamento das sociedades em recuperação.

56. No referido relatório, foi apontado, também, o envio de correspondências aos credores das Recuperandas, em cumprimento ao art. 22, I, "a", da Lei 11.101/2005, além da criação da conta de e-mail riopet@mcaa.adv.br, visando implementar um canal de comunicação direta com os credores do Grupo Riopet e demais interessados, além de receber as divergências e habilitações de crédito.

57. Por petição de Id. 46163649, o Itaú Unibanco S/A informou o cumprimento da r. decisão de Id. 45539942, realizando o estorno do valor amortizado após o pedido de recuperação judicial.

58. Na sequência, consoante se verifica de Id. 48311480, as Recuperandas notificaram que o Banco Sofisa descumpriu a ordem emanada na r. decisão de Id. 44332341, deixando de promover a liberação da vultuosa quantia bloqueada após este pedido de recuperação judicial.

59. Nesse sentido, pugnaram fosse reiterada a determinação de imediata liberação do montante de R\$ 1.558.578,12 (um milhão quinhentos e cinquenta e oito mil quinhentos e setenta e oito reais e doze centavos), sob pena de majoração da multa diária fixada, a ser depositado em conta à disposição deste r. Juízo, tendo em vista as últimas tentativas de bloqueios oriundas de demandas cíveis.

60. Por fim, as Recuperandas pugnaram pela penhora *online* dos ativos financeiros do Banco Sofisa, no montante de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), relativo à multa diária oriunda do descumprimento da decisão de Id. 45539942, desde o dia 22 de março de 2023.

61. Diante disso, foi proferida a r. decisão de Id. 51896553, deferindo o pleito das Recuperandas, e, por conseguinte, determinando que o Banco Sofisa liberasse o montante bloqueado, através de depósito em conta judicial à disposição do Juízo.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

62. Na oportunidade, restou aplicada a multa diária anteriormente cominada, limitada, contudo, ao valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser depositada na mesma judicial à disposição do Juízo.

63. Ao final, Vossa Excelência determinou que esse Administrador Judicial se manifeste sobre todo o acrescido nos autos, o que ora faz, na forma do presente relatório.

64. Em cumprimento à r. decisão de Id. 51896553, o Banco Sofisa comunicou, por petição de Id. 52421783, o depósito judicial do valor de R\$1.558.578,12 (um milhão quinhentos e cinquenta e oito mil quinhentos e setenta e oito reais e doze centavos). Contudo, argumentou não ter sido intimado da decisão anterior, razão pela qual pugnou pelo afastamento da multa por descumprimento que lhe foi aplicada.

65. Na oportunidade, requereu, também, a reconsideração da decisão que determinou a devolução do montante bloqueado, por entender que seu crédito possui cessão fiduciária em garantia, e que, em razão disso, não está sujeito ao concurso de credores na forma do art. 49, §3º, da Lei 11.101/2005.

66. Em Id. 53130297, o Ministério Público apresentou parecer, contendo um breve relato dos fatos ocorridos no presente feito, e formulando, ao final, os seguintes pedidos, *ipsis litteris*:

“DA DECISÃO DE IND. 45004848 DE 07/02/2023

- 1) SEJAM AS RECUPERANDAS E AS FIDC'S INTIMADAS URGENTEMENTE DA DECISÃO DE IND. 45004848, DE 07/02/2023. DA DECISÃO DE IND. 45004848 ITEM 6*
- 2) SEJAM AS RECUPERANDAS INTIMADAS PARA MODIFICAR A CLÁUSULA 3.1.1.2 DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE PAGAMENTO DOS CREDORES TRABALHISTAS PARA ATÉ 12 MESES OU 24 MESES COM APRESENTAÇÃO DAS GARANTIAS CONFORME ART. 54, §2º, DA LEI N.º 11.101/2005.*



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

- 3) *SEJAM AS RECUPERANDAS INTIMADAS PARA EXCLUIR A CLÁUSULA 5.2.3 DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS EM FACE DOS COOBRIGADOS POR VIOLAÇÃO DO ART. 49, §1º, DA LEI N.º 11.101/2005.*

DA DECISÃO DE IND. 45539942 DE 10/02/2023

- 4) *PELA REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE IND. 51896553 EM 30/03/2023 QUE FIXOU MULTA AO BANCO SOFISA PELO NÃO CUMPRIMENTO DA DECISÃO DE IND. 45539942, COM DATA DE 10/02/2023, EIS QUE O BANCO NÃO FOI INTIMADO DA DECISÃO POR MEIO DE SEU PATRONO.*
- 5) *PELA REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE IND. 45539942, COM DATA DE 10/02/2023 DE LIBERAÇÃO DO BLOQUEIO DE QUANTIAS PELO BANCO SOFISA EIS QUE HOVE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA DE CRÉDITOS NO VALOR DE R\$ 10.900.000,00, COM FULCRO NO ART. 49, §3º, DA LEI 11.101/2005.*
- 6) *SEJA O VALOR DEPOSITADO PELO BANCO SOFISA LEVANTADO PELO CREDOR EIS QUE É CRÉDITO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA, COM FULCRO NO ART. 49, § 3º, DA LEI 11.101/2005. DA DECISÃO DE IND. 45004848 DE 07/02/2023 ITEM 7.1*
- 7) *PELA INTIMAÇÃO DAS RECUPERANDAS PARA QUE JUNTEM OS BALANÇOS PATRIMONIAIS, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (DRE, DLPA E DFC) E AS NOTAS EXPLICATIVAS, DOS 03 (TRÊS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS DEVIDAMENTE ASSINADOS PELO CONTADOR E TITULAR OU REPRESENTANTE LEGAL (ASSINADOS DIGITALMENTE) E POSTERIORMENTE O BALANÇO DEFINITIVO DE “2022”, NO PRAZO DEFINIDO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE (IN Nº 2.082 DE 18 DE MAIO DE 2022) LEVANTADOS E CONFECCIONADOS EM LIVROS PRÓPRIOS E TRANSMITIDOS PELO SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL*



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

CONTÁBIL – ECD, ACOMPANHADOS DOS RECIBOS DE ENTREGA JUNTO A RFB CONFORME DISPOSTO NA IN 2.003 DE 18/01/2021 – RFB E EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. DA DECISÃO DE IND. 39580185 COM DATA DE 14/12/2022 e DA DECISÃO DE IND. 45004848 DE 07/02/2023

- 8) PELA DESIGNAÇÃO URGENTE DA PERÍCIA PREVISTA NO ART. 51-A NOS DOCUMENTOS JUNTADOS PELAS PARTES NESTE PROCESSO E NOS SEGUINTE LIVROS DAS RECUPERANDAS: 1) BALANÇO PATRIMONIAL E DRE DOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS, EXTRAÍDO DO SPED, COM TERMO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO COM AS NOTAS EXPLICATIVAS; (2) BALANCETES/DRE COMPARATIVOS DE 2018 A 2022; (3) RAZÃO DA CONTA PARTES RELACIONADAS DE 2019 A 2022; (4) RAZÃO DA CONTA DE TODOS OS MÚTUOS DE 2019 A 2022; (5) RAZÃO DA CONTA CMV DE 2019 A 2022; (6) RAZÃO DA CONTA ASSESSORIA E CONSULTORIA DE 2022; (7) REGISTRO DE ENTRADA E SAÍDA COM RESUMO DE ICMS DE 2020 A 2022; (8) RAZÃO DA CONTA ESTOQUES DE 2021 E 2022; (9) RAZÃO DA CONTA CLIENTES A RECEBER DE 2020 A 2022; E (10) RAZÃO DA CONTA DUPLICATAS DESCONTADAS DE 2020 A 2022.
- 9) PELA INTIMAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL PARA QUE SE MANIFESTE A RESPEITO DAS ALEGAÇÕES DAS FIDC'S DE IND. 39429394, DOCUMENTOS ANEXADOS, E PARECER CONTÁBIL DE IND. 41209955.
- 10) Pelo indeferimento do pedido de inclusão no polo ativo de outras empresas coligadas do grupo econômico recuperando.
- 11) PELA INTIMAÇÃO DAS RECUPERANDAS PARA QUE ESCLAREÇAM OS MÚTUOS DE MAIS DE R\$ 50 MILHÕES PARA OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO ECONÔMICO E PARA BENEFICIÁRIOS NÃO IDENTIFICADOS.
- 12) TENDO EM VISTA O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO CONTRADITÓRIO, PELA INTIMAÇÃO DAS



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

RECUPERANDAS PARA QUE SE MANIFESTEM A RESPEITO DAS ALEGAÇÕES DAS FIDC'S DE IND. 39429394, DOCUMENTOS ANEXADOS E PARECER CONTÁBIL DE IND. 41209955, EM UM PRAZO DE CINCO DIAS, SOB PENA DE AFASTAMENTO DOS GESTORES COM FULCRO NO ART. 64 C/C ART. 168, AMBOS DA LEI N.º 11.101/2005.

13) PELA INTIMAÇÃO DAS REQUERENTES CREDORAS FIDC'S DE IND. 39429394 PARA QUE JUNTEM CÓPIAS DAS ABERTURAS DE CADASTRO DAS RECUPERANDAS REFERENTES AOS CONTRATOS CELEBRADOS PELAS RECUPERANDAS E AS FIDC'S E PROPOSTAS DE NEGÓCIOS ENTRE AS PARTES EM QUE CONSTEM OS DOCUMENTOS CONTÁBEIS APONTADOS COMO FRAUDES, DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DE 2021, BALANÇOS PATRIMONIAIS DE 2022, 2021 E 2020."

67. O credor Banco Fibra S/A se manifestou em Id. 53444189, para informar a interposição do Agravo de Instrumento nº 0023147-50.2023.8.19.0000, em face da r. decisão de Id.36743744, requerendo seja exercido o juízo de retratação.

68. Ato contínuo, em cumprimento à determinação contida no art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005, este Administrador Judicial apresentou, tempestivamente, a relação de credores retificada, ocasião em que requereu a publicação do segundo Edital, concedendo assim à coletividade de credores a devida publicidade do ato, dando-se seguimento ao procedimento de consolidação do Quadro Geral de Credores da presente recuperação judicial.

69. Esse Auxiliar informou, oportunamente, que as sociedades empresárias Recuperandas promoveram a apresentação de seu Plano de Recuperação Judicial, conforme consta dos autos em Id. 42675, motivo pelo qual requereu que o Edital acima mencionado reste publicado, de forma conjunta, contendo o aviso de recebimento do plano, na forma prevista pelo art. 55 da LRF, e assim atinja-se os fins devidos.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

70. Na sequência, as Recuperandas se manifestaram em Id. 54225894, para informar que, considerando a atual capacidade e fluxo de caixa das sociedades, como amplamente destacado nos próprios Embargos de Declaração de Id. 38700495, já iniciaram o pagamento da remuneração do Administrador Judicial, de modo viável à operação das Companhias, nos seguintes termos: Honorários no valor de R\$ 5.600.000,00, com o pagamento de 12 (doze) parcelas de R\$ 50.000,00 e, após, 50 (cinquenta) parcelas de R\$ 100.000,00; e 9,25% das quantias a serem recebidas mediante eventos de liquidez, limitado, contudo, a R\$ 4.000.000,00.

71. Assim, pugnam pela intimação desse Administrador Judicial para que se manifeste sobre o aludido, e, na hipótese de a proposta ser aceita, manifestaram desde já desistência dos Embargos de Declaração de Id. 38700495.

72. Por fim, as sociedades Recuperandas se manifestaram ainda uma vez, por petição juntada no Id. 54356598, requerendo, em suma: (i) a publicação do Edital previsto no §2º do art. 7º da LRF, de forma reduzida e indicação do site do Administrador Judicial, a fim de se evitar gastos desnecessários; (ii) sejam rejeitados os Embargos de Declaração de Id. 38682511, opostos pelo FIDC Goal, tendo em vista que matéria idêntica já foi decidida pelo e. TJRJ; e (iii) não sejam sequer analisados os requerimentos e argumentações apresentados à petição de Id. 39429394, considerando sua manifesta perda de objeto diante do julgamento do Agravo de instrumento nº 0095978-33.2022.8.19.0000 pela E. Sexta Câmara Cível do TJRJ, e, caso assim não entenda, sejam indeferidos os pleitos formulados pelos FIDCs na referida manifestação.

73. Em Id. 54476394, foi praticado ato ordinatório certificando que, não obstante a petição de Id. 52421783, o Banco Sofisa foi devidamente intimado das decisões tanto de Id. 45539942, com ciência conforme sistema em 23 de fevereiro de 2023 e Id. 51896553, com ciência conforme sistema em 10 de abril de 2023, bem como que foi cadastrado o patrono do Banco Sofisa.

74. Ato contínuo, os autos foram à conclusão.

75. É a síntese do necessário.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

II. Da impugnação ao processamento da recuperação judicial apresentada pelo DSX Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Outros – Id. 39429394

76. Excelência, através do petítório de Id. 39429394, o DSX Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Fomento Carioca Factoring Ltda., Unavanti Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, Limine Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Via Capital Artemus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial, Braspor Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Singulare Corretora de Títulos Valores Mobiliários S/A, Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios da Indústria Exodus Institucional, GC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, Investhor FIDC NP, Tempo Factoring Ltda. e Treviso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial apresentaram impugnação ao processamento da presente recuperação judicial, argumentando, em síntese, que a petição inicial deve ser indeferida, com a extinção do feito sem resolução de mérito, em razão de alegado desvio de finalidade no ajuizamento da ação.

77. Afirmam, ademais, que existem indícios contundentes de utilização fraudulenta do instituto da recuperação judicial, sendo necessária a realização de constatação prévia, na forma prevista no artigo 51-A da Lei 11.101/2005.

78. Requerem, dentre outras providências, a destituição dos administradores das Recuperandas, ante supostos indícios de cometimento de crime previsto na LRF.

79. Importante ressaltar que o Impugnante interpôs o Agravo de Instrumento nº 0095978-33.2022.8.19.0000, no qual reprisou os argumentos constantes da impugnação em comento.

80. O referido recurso, inclusive, foi apensado ao Agravo de Instrumento nº 0099398-46.2022.8.19.0000, interposto pelo Day Maxx 2 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, para julgamento em conjunto, por ambos enfrentarem a mesma decisão, de Id. 36743744.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

81. Conforme propalado, o FIDC Day Maxx 2 requereu, em sede de Agravo de Instrumento, a reforma da mencionada decisão, para ver garantido seu alegado direito líquido e certo de exercer a cobrança em face dos sacados, com a determinação expressa de obrigação de restituição, pelas Recuperandas, dos créditos apropriados indevidamente, mantendo-se como quirografários apenas eventuais títulos de créditos realmente inadimplidos pelos sacados, em razão do direito de regresso contratualmente estabelecido.

82. Já nos autos principais, em Id. 41209953, o FIDC Day Maxx 2 apresentou parecer contestando a credibilidade da documentação contábil e societária do Grupo Riopet, bem como apontando a existência de indícios de que o grupo econômico se utilizou de possíveis manobras ilegais para ter vantagem no mercado financeiro.

83. Nesse sentido, em sessão de julgamento realizada no dia 29 de março de 2023, a Sexta Câmara de Direito Privado do e. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por unanimidade, conheceu parcialmente do Agravo de Instrumento nº0095978-33.2022.8.19.0000 e conheceu integralmente do recurso nº 0099398-46.2022.8.19.0000 para, no mérito, **negar-lhes provimento**, mantendo-se, na íntegra, a decisão agravada, nos termos do voto do Relator, o Ilustre Des. Fernando Fernandy Fernandes. Veja-se:

AGRAVOS DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NOMEAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL, COM SUSPENSÃO DE TODAS AS AÇÕES E EXECUÇÕES EM CURSO E DOS OS EFEITOS DOS PROTESTOS LISTADOS NOS DOCUMENTOS ANEXOS À PEÇA INICIAL (ANEXO 022 DOS ORIGINÁRIOS) E A ABSTENÇÃO DE NOVOS PROTESTOS (ANEXO 023 DOS ORIGINÁRIOS). IRRESIGNAÇÃO DAS RECORRENTES. PRELIMINAR DE INDEFERIMENTO DA INICIAL QUE NÃO SE CONHECE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MATÉRIA A QUAL NÃO FIGURA NO ROL DO ARTIGO 1.015 DO CPC, QUE DEVE SER IMPUGNADA EM PRELIMINAR DE APELAÇÃO. MITIGAÇÃO



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

DO REFERIDO ROL QUE NÃO SE APLICA AO CASO. RECURSO MANEJADO QUE NÃO SE PRESTA A JULGAR O MÉRITO DA CAUSA, NEM À ANÁLISE DE PROVAS INÉDITAS. IMPERIOSA NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA, DADA A PREMATURIDADE DO MOMENTO PROCESSUAL NA VARA DE ORIGEM. APLICAÇÃO DO PODER GERAL DE CAUTELA DO MAGISTRADO, NOS MOLDES DO ARTIGO 297 DO CPC E DO VERBETE SUMULAR Nº 59 DO TJRJ. **NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL DESEMPENHADA, BEM COMO DOS EMPREGADOS QUE LÁ EXERCEM ATIVIDADE LABORATIVA. PRETENSÕES RECURSAIS QUE AFRONTAM OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LEI 11.101/05, EM ESPECIAL O DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. EVENTUAIS INFRAÇÕES PENAIS QUE DEVEM SER DENUNCIADAS AOS ÓRGÃOS COMPETENTES, OBEDECENDO-SE AOS PROCEDIMENTOS DESCRITOS NA LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL CABÍVEL, À LUZ DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, BEM COMO JULGADOS PELO JUIZ NATURAL COMPETENTE.** DECISUM QUE NÃO MERECE REFORMA. RECURSO (0095978-33.2022.8.19.0000) QUE NÃO SE CONHECE EM PARTE NO QUE DIZ RESPEITO À ALEGAÇÃO DE INDEFERIMENTO DA INICIAL. AGRAVOS AOS QUAIS SE NEGA PROVIMENTO. (grifos nossos)

84. Como visto, o Órgão Colegiado não conheceu da preliminar de indeferimento da petição inicial ventilada no Agravo de Instrumento nº 0095978-33.2022.8.19.0000, por entender que a matéria não figura no rol do art. 1.015 do Código de Processo Civil, devendo ser impugnada em preliminar de apelação.

85. No mérito, restou assentado que este r. juízo, acertadamente, observou o princípio da preservação da empresa aplicado à recuperação judicial, insculpido no art. 47 da Lei 11.101/2005, eis que, do contrário, incorreria em violação semelhante ao princípio da paridade dos credores dentro do plano de recuperação judicial e da função social do contrato, inviabilizando-se o instituto.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

86. De acordo com o entendimento da turma julgadora, a decisão recorrida

“buscou proteger a própria atividade empresarial desenvolvida pelas partes agravadas, visando garantir o emprego de uma série de trabalhadores, bem como os seus créditos, pois, caso reformada, viria a prejudicar o deslinde da recuperação, privando as Recuperandas de importante parcela de seu faturamento e de seu capital de giro, a fim de manter a sua saúde financeira”.

87. Em relação à tutela de urgência concedida através da r. decisão agravada, a e. Sexta Câmara de Direito Privado consignou não haver risco ao resultado útil do processo ou dano reverso de difícil ou impossível reparação, tendo em vista que, havendo êxito ao final do processo de recuperação judicial, todas as suspensões e abstenções determinadas serão cessadas.

88. Ao final, destacou-se que eventuais infrações penais cometidas pelo Grupo Riopet devem ser denunciadas aos órgãos competentes, obedecendo-se aos procedimentos descritos na legislação penal e processual, à luz do contraditório e ampla defesa, e julgados pelo juiz natural competente.

89. Portanto, diante do julgamento dos recursos em comento, e consequente enfrentamento da matéria pela instância superior, esse Administrador Judicial entende que as questões levantadas na impugnação ao processamento da recuperação judicial de Id. 39429394, as quais foram replicadas no Agravo de Instrumento nº 0095978-33.2022.8.19.0000, restam inequivocamente superadas.

90. Vale ressaltar que qualquer ilação acerca da confiabilidade da documentação apresentada pelas Recuperandas e de cometimento de ilícitos por estas, tal como constou no Parecer juntado pelo FIDC Day Maxx 2 em Id. 41209953, bem como na petição de Id. 39429394 e agravo de instrumento do FIDC DSX e Outros, deve ser direcionada à autoridade pública competente para apuração à luz da legislação cabível, sendo desnecessária, inclusive, a juntada de qualquer documentação comprobatória, conforme pretende o Ilustre membro do *Parquet* através dos Pareceres de Id 43086429 e 53130297, que serão objeto de capítulo próprio.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

91. De igual sorte, deve-se frisar que todo e qualquer questionamento acerca de valores a serem listados na recuperação judicial, conforme pretendeu o FIDC Day Maxx 2, ao alegar que devem ser mantidos como quirografários apenas eventuais títulos de créditos inadimplidos pelos sacados, devem ser feitos mediante a distribuição de incidente de impugnação de crédito, após a publicação do Edital a que alude o art. 7º, §2º, da LRF.

92. Nesse ponto, convém sublinhar que a verificação de créditos jamais deve ser feita no bojo do processo principal, sob pena de tumultuar o feito, sendo certo que, ultrapassada a fase administrativa, e publicado o Edital o que se refere o art. 7º, 2º, da LRF, inicia-se a fase judicial de verificação de créditos, na qual o *Comitê, qualquer credor, o devedor ou seus sócios ou o Ministério Público podem apresentar ao juiz impugnação contra a relação de credores, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de crédito relacionado*, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 8º.

93. Nessa ordem de ideias, essa Administração Judicial **opina pelo indeferimento** da impugnação apresentada pelo DSX Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Outros, à luz do v. acórdão proferido no Agravo de Instrumento nº0095978-33.2022.8.19.0000.

94. Por fim, esse Administrador Judicial informa que está ciente da oposição de embargos de declaração pelo FIDC DSX e Outros nos autos do Agravo de Instrumento nº 0095978-33.2022.8.19.0000, e pelo FIDC Day Maxx 2 nos autos do Agravo de Instrumento nº 0099398-46.2022.8.19.0000, de modo que seguirá acompanhando o desenlace dos aludidos recursos.

III. Do Parecer Ministerial – Ids. 43086429 e 53130297

95. Como antedito, o i. presentante do Ministério Público apresentou os Pareceres de Ids. 43086429 e 53130297, através dos quais relatou os atos processuais praticados e opinou pela realização de diversas diligências, de modo que, em atenção à r. decisão de Id. 45004848, item 7, essa Administração Judicial passa a se manifestar sobre o que lhe cabe.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

96. Quanto ao item 1 do parecer de Id. 43086429, replicado em Id.53130297, item 07, no qual o *Parquet* requer a intimação das Recuperandas para que apresentem documentos contábeis, essa Administração Judicial informa não se opor.

97. Verifica-se no item 2 de Id. 43086429, replicado no item 8 de Id.53130297, que o Ministério Público requer a designação da constatação prévia prevista no art. 51-A da Lei 11.101/2005.

98. Nada obstante, cabe a esse Administrador Judicial esclarecer que a diligência prevista no dispositivo legal mencionado não se destina ao fim pretendido pelo *Parquet*, *data venia*. A constatação prévia, em verdade, se destina à *verificação das reais condições de funcionamento da sociedade em recuperação e da regularidade e da completude da documentação apresentada com a petição inicial*¹.

99. A esse respeito, deve-se ressaltar que, conforme exposto no relatório de providências iniciais de Id. 45564098, esse Administrador Judicial analisou pormenorizadamente o pedido inaugural, além de toda a documentação encartada pelas Recuperandas, oportunidade em que pode concluir que a argumentação que lastreia o pleito recuperacional está devidamente corroborada nos autos.

100. Para além disso, essa Administração Judicial realizou, nos dias 25 de novembro de 2022 e 06 de abril de 2023, inspeção *in loco* no parque industrial das Recuperandas e constatou, em ambas as oportunidades, que o Grupo Riopet se encontra em pleno e regular funcionamento.

101. Portanto, no sentir desse Administrador Judicial, o deferimento da perícia requerida pelo e. Ministério Público Estadual, neste momento processual, se mostra despicienda. Contudo, informa que não se opõe à sua realização, à consideração de Vossa Excelência.

102. No tocante ao item 3 de Id. 43086429, replicado no item 9 de Id.53130297, esse Administrador Judicial esclarece que já se manifestou no capítulo anterior sobre as alegações dos FIDCs em Ids. 39429394 e 41209955.

¹ Art. 51-A. Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, poderá o juiz, quando reputar necessário, nomear profissional de sua confiança, com capacidade técnica e idoneidade, para promover a constatação exclusivamente das reais condições de funcionamento da requerente e da regularidade e da completude da documentação apresentada com a petição inicial.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

103. Já no item 4 de Id. 43086429, replicado no item 10 de Id. 53130297, o Ministério Público opina pelo indeferimento do pedido de inclusão das sociedades Suriyah, Boghoz e Elevapet no polo ativo da presente demanda, que teve como fundamento suposto repasse de quantias milionárias pelas Recuperandas, a título de empréstimo.

104. Em consonância com o entendimento do órgão ministerial, esse Administrador Judicial entende que deverá ser afastado o pedido de ingresso neste feito das sociedades empresárias mencionadas. Isso porque não existe previsão legal que obrigue a presença de todas as sociedades empresárias integrantes do grupo econômico no processo de recuperação judicial, que pode abranger apenas uma ou algumas delas.

105. Cumpre registrar que, embora a Lei 11.101/2005 fosse omissa, no passado, em relação à possibilidade de ajuizamento de recuperação judicial de forma conjunta por mais de um devedor, essa sistemática já era admitida pela doutrina e pela jurisprudência, com a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

106. Com o advento da Lei 14.112/2020, a matéria passou a ser expressamente regulamentada, com a inclusão do art. 69-G e seguintes.

107. Com efeito, da leitura dos dispositivos legais referidos, verifica-se que o requerimento de recuperação judicial sob consolidação processual – termo previsto na norma -, permanece sendo uma faculdade dos devedores.

108. Portanto, na mesma esteira do parecer ministerial de Ids. 43086429 e 53130297, esse Administrador Judicial entende que o pedido formulado pelo DSX Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Outros em Id. 39429394 deve ser indeferido.

109. A despeito de ter se manifestado pelo indeferimento do pedido *supra*, em item 5 do Id. 43086429, replicado no item 11 do Id. 53130297, o membro do *Parquet* requereu a intimação das Recuperandas para que se manifestem sobre a alegação de que realizou mútuos de mais de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para outras empresas do mesmo grupo econômico, e para beneficiários não identificados.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

110. Sobre este ponto, essa Administração Judicial reverbera o entendimento exarado pela Sexta Câmara de Direito Privado no julgamento dos Agravos de Instrumentos nº 0095978-33.2022.8.19.0000 e 0099398 46.2022.8.19.0000, de que eventuais infrações penais cometidas pelo Grupo Riopet devem ser denunciadas aos órgãos competentes, obedecendo-se aos procedimentos descritos na legislação penal e processual cabível, à luz do contraditório e ampla defesa, e julgados pelo juiz natural competente, pelo que opina pelo indeferimento do pleito de Id. 43086429, item 5, replicado no item 11 do Id. 53130297.

111. Passando à análise dos itens 2 e 3 do parecer de Id. 53130297, no qual o Ministério Público requer a intimação das Recuperandas para que promovam a modificação e exclusão de cláusulas do Plano de Recuperação Judicial acostado em Id. 42675, essa Administração Judicial entende, *data máxima venia*, que tal requerimento é extemporâneo, devendo ser indeferido.

112. Isto porque, o Edital de Aviso, a que alude o art. 53, parágrafo único, da LRF, que inaugura o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação de objeção pelos credores, sequer foi publicado nestes autos, sendo certo que, nos termos do Enunciado 44 da I Jornada de Direito Comercial CJP/STJ, o controle de legalidade é exercido sobre o plano aprovado em Assembleia Geral de Credores, esta que ainda não foi realizada, devendo o *Parquet* aguardar o momento processual adequado para se manifestar sobre eventuais ilegalidades do PRJ.

113. Por fim, esse Auxiliar passa a se manifestar quanto aos itens 5 e 6 de Id. 53130297, no qual o *Parquet* requer (i) a revogação da decisão de Id. 45539942, que determinou que o Banco Sofisa devolvesse valores bloqueados de titularidade das Recuperandas, por entender que o referido credor possui cessão fiduciária em garantia de créditos, e está excluído dos efeitos da recuperação judicial, com fulcro no art. 49, §3º, da LRF, e (ii) seja o valor depositado pelo Sofisa levantado pelo credor, eis que se trata de crédito de cessão fiduciária em garantia.

114. Esse Administrador Judicial entende que a decisão de Id. 45539942 deve ser mantida na íntegra, e que os valores finalmente desbloqueados pelo Banco Sofisa devam permanecer à disposição das Recuperandas, tendo em vista que, para deferir os pedidos supra formulados pelo *Parquet*, seria necessário proceder à análise de eventual extraconcursalidade do crédito titularizado pelo Sofisa nos autos da recuperação judicial.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

115. O que, além de não ser a via adequada, redundaria em antecipar uma análise que deve ser feita em sede de incidente de impugnação, após a publicação do edital a que alude o art. 7º, § 2º, da Lei de Regência.

116. Cabe ressaltar que a verificação de crédito jamais deve ser feita no bojo do processo principal, sob pena de tumultuar o feito, de modo que, após o término da fase administrativa, e publicado o Edital previsto no art. 7º, 2º, da Lei 11.101/2005, o credor deve discutir a natureza do seu crédito na fase judicial de verificação de créditos, no prazo previsto no art. 8º da LRF.

117. De efeito, promover a análise do crédito do Banco Sofisa na forma pretendida pelo órgão ministerial autorizará a todos os credores terem seus créditos analisados no bojo da recuperação judicial, de forma extemporânea e diversa daquela prevista na Lei de regência.

118. À vista do exposto, essa Administração Judicial opina pelo indeferimento do pedido de revogação da decisão de Id. 45539942, requerendo, desde já, que os referidos valores sejam mantidos à disposição das Recuperandas, nos termos da fundamentação exposta.

IV. Dos Embargos de Declaração opostos em Id. 38682511 pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Goal One –

119. Como prefalado, em Id. 38682511, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Goal One opôs embargos de declaração em face da r. decisão de Id. 36743744, que determinou a suspensão dos efeitos dos protestos tirados contra os clientes das Recuperandas por empresas de Factoring e por Fundos de Investimento.

120. Como justificativa, o Fundo aduz que as sociedades em recuperação equivocadamente alegaram terem realizado “operações comissárias” com as Factorings e com os FIDCs que adquiriram seus recebíveis, o que teria induzido esse r. Juízo a erro.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

121. Vossa Excelência, através da r. decisão de Id. 45004848, determinou a intimação desse Administrador Judicial para que se manifeste sobre os aludidos Aclaratórios, o que faz, na forma que segue.

122. A despeito dos argumentos apresentados pelo FIDC Goal, no sentir dessa Administração Judicial, a r. decisão embargada não incorreu em nenhuma das hipóteses previstas no art. 1.022 do Código de Processo Civil, não havendo obscuridade, contradição, omissão ou erro material a serem sanados, a redundar no desprovimento dos embargos.

123. Com efeito, o Fundo Embargante, inconformado com o teor da decisão embargada, pretende a rediscussão da matéria analisada de forma pormenorizada por este r. Juízo, o que é vedado em sede de embargos de declaração.

124. Nesse sentido caminha a remansosa jurisprudência do e. Superior Tribunal de Justiça:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. MERO INCONFORMISMO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015. 2. No caso concreto, não se constata o vício alegado pela parte embargante, que busca rediscutir matéria devidamente examinada e rejeitada pela decisão embargada, o que é incabível nos embargos declaratórios. 3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no MS n. 28.736/DF, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Corte Especial, julgado em 7/3/2023, DJe de 17/3/2023.)



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

125. Para além disso, ainda que se verificasse algumas das hipóteses previstas no citado art. 1.022, consoante bem apontado pelas Recuperandas em Id.54356598, **é necessário atentar que a matéria tratada nos referidos Aclaratórios é idêntica àquela já decidida pela Sexta Câmara de Direito Privado, no julgamento dos Agravos de Instrumento nº 0095978-33.2022.8.19.0000 e 0099398-46.2022.8.19.0000, os quais restaram desprovidos, por unanimidade.**

126. Diante disso, este Administrador Judicial opina pelo desproimento dos Embargos de Declaração de Id. 38682511, com a consequente manutenção da r. decisão embargada tal como lançada.

V. Da necessidade de desentranhamento dos pedidos de habilitação, impugnação e anotações de procuradores juntados aos presentes autos

127. Excelência, através da manifestação de Id. 38486642, esse Administrador Judicial opinou pelo desentranhamento de todos os requerimentos de habilitação, impugnação e anotação de procuradores realizados por meio de protocolo nos autos principais, a fim de manter o processamento do feito célere e a árvore processual organizada.

128. Nesse sentido, malgrado esse r. Juízo tenha acolhido a sugestão da Administração Judicial, por r. decisão de Id. 39580185, diversos procuradores de credores das sociedades em recuperação permanecem se apresentando espontaneamente nos autos e requerendo a juntada de documentos de representação. Veja-se:

- Id. 37728300: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S/A;
- Id. 38026242: Light Serviços de Eletricidade S/A;
- Id. 38203973: Claro S/A;
- Id. 43367667: Deck Comercial Ltda;
- Id. 43372584: GV Plast Comercial Ltda;
- Id. 43721449: Banco Mercedes Benz do Brasil S/A;



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

- Id. 44647861: Rio Palets Comércio Atacadista de Madeiras e Serviços de Reformas EIRELI;
- Id. 45001765: Indústria e Comércio de Estopas Marsuguibim Ltda;
- Id. 46810981: Eucatex Indústria e Comércio Ltda;
- Id. 46873615: Banco Sofisa S/A;
- Id. 47488136: Oxygen Investimentos Fomento Mercantil Ltda;
- Id. 47980815: Gênesis Polymers International;
- Id. 49055607: Alpek Polyester Argentina S/A;
- Id. 50615144: Cibrapel S/A Indústria de Papel e Embalagens;
- Id. 51575598: Treviso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial;
- Id. 51775403: Elevate Export Finance Corp;
- Id. 52398755: Asset Bank - Fomento Mercantil Ltda;
- Id. 52505068: Banco Fibra S/A;
- Id. 52542272: SB Crédito Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial;
- Id. 53123184: Cooperativa de Crédito Clássica do Estado do Rio de Janeiro - SICOOB Empresas RJ;

129. Outrossim, alguns credores seguem protocolando pedidos de habilitação e impugnação de crédito nestes autos principais, tumultuando o andamento da presente recuperação judicial:

- Id. 45651033: Bankorp Securitizadora de Crédito S/A;
- Id. 46689352 e Id. 46690053: Coface do Brasil Seguros de Crédito S/A e Indorama Ventures Polímeros S/A;
- Id. 47258424: Claro S.A;

130. Dessa forma, em cumprimento à ordem já exarada em Id. 39580185, essa Administração Judicial requer sejam desentranhadas as manifestações acima relacionadas, bem como aquelas nesse mesmo sentido que venham a ser protocolados nestes autos, sem necessidade de nova determinação.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

131. Pugna, no mais, pelo desentranhamento da petição de Id. 43954808, a qual notadamente foi protocolada nestes autos por equívoco, e do mandado de intimação de Id. 38528941, eis que se trata de diligência estranha ao feito.

VI. Dos Embargos de Declaração opostos pelas Recuperandas em Id.38700495 – manifesta perda de objeto

132. Como prefalado, em Id. 38700495, as Recuperandas opuseram embargos de declaração em face da r. decisão de Id. 36743744, que nomeou este Subscritor para exercer o elevado múnus de Administrador Judicial e fixou seus honorários em 2% (dois por cento) sobre os créditos submetidos à recuperação, em conformidade com o art. 24 da Lei 11.101/2005.

133. Nesse sentido, as Recuperandas sugeriram a fixação do percentual máximo de 0,8% (zero vírgula oito por cento) sobre o passivo de R\$ 689.709.597,39, levando-se em consideração que o montante de R\$ 386.922.733,59 trata-se de endividamento *intercompany*.

134. Consignaram, naquela ocasião, *que “conseguiriam encaixar no seu fluxo de pagamento o montante correspondente ao patamar máximo de 0,8% (zero vírgula oito por cento) sobre o passivo total”*, a ser pago conforme fluxo de pagamento que detalharam.

135. Por r. decisão de Id. 39580185, esse Administrador Judicial foi instado a se manifestar sobre os referidos Aclaratórios.

136. Nada obstante, consoante se verifica da petição anexa ao Id.54225894, as Recuperandas apresentaram nova proposta de remuneração, mais condizente à realidade econômica das sociedades, **e com a qual essa Administração Judicial manifesta concordância.**

137. Assim, tendo em vista a concordância que ora exara, esse Administrador Judicial requer seja homologada a proposta de honorários apresentada pelas Recuperandas em Id. 54225894, bem como a desistência dos Embargos de Declaração de Id. 38700495, em razão da manifesta perda de objeto.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

VII. Da divergência apresentada pelo credor Elevate Export Finance Corp

138. O credor Elevate Export Finance Corp apresentou divergência tempestiva a essa Administração Judicial, cuja análise, por um lapso, deixou de ser inserida na petição de Id. 53903394.

139. Assim, considerando a ausência de prejuízo, decorrente do fato de ainda não ter sido publicado o Edital a que alude o art. 7º, §2º, da LRF, esse Administrador Judicial colaciona, nessa oportunidade, seu parecer sobre a divergência em referência, que passa a integrar a análise já juntada aos autos.

140. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Elevate Export Finance Corp, através de correio eletrônico, na qual pretende a retificação do crédito listado em seu favor na classe III (quirografários), pelo valor de R\$4.846.969,89 (quatro milhões oitocentos e quarenta e seis mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos).

141. Em suas razões, o credor requer que seu crédito passe a constar na relação de credores pelo valor de US\$ 904.665,64 (novecentos e quatro mil seiscentos e sessenta e cinco dólares norte-americanos e sessenta e quatro centavos), em razão do inadimplemento de 03 (três) contratos de empréstimo para pagamento de exportação, sendo mantida a classe III (quirografários).

142. O credor pugnou, ainda, pela retificação do seu nome empresarial, eis que constou na relação de credores “Banco Elevate”, e o nome correto corresponde à Elevate Export Finance Corp.

143. A divergência foi instruída com os contratos celebrados com a Recuperanda Riopet, relação de notas promissórias, extratos de pagamento e notificações encaminhadas para a Riopet.

144. Em sede de contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, as Recuperandas manifestaram concordância com a retificação na forma requerida pelo credor, oportunidade em que destacaram que, no momento de apresentação da relação de credores, havia sido realizada a conversão do valor de dólares para reais com base na cotação vigente à época.



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

145. Nesse sentido, consignaram que, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei 11.101/2005, “o crédito em moeda estrangeira será convertido para moeda nacional pelo câmbio da véspera da data de realização da assembléia”.

146. Daí, considerando a apresentação dos documentos comprobatórios, e a concordância das Recuperandas, bem como, ainda, a redação do art. 38, parágrafo único, da Lei de regência, esse Administrador Judicial acolhe a divergência, para que passe a constar o crédito no valor de US\$ 904.665,64 (novecentos e quatro mil seiscentos e sessenta e cinco dólares norte-americanos e sessenta e quatro centavos), na classe III (quirografários), em favor de **Elevate Export Finance Corp.**

Eminente Magistrada

Ex positis, visando dar escorreito seguimento ao processo, essa Administração Judicial opina:

(1) **pelo indeferimento** da impugnação ao processamento da recuperação judicial apresentada pelo DSX Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Outros, à luz do v. acórdão proferido no Agravo de Instrumento nº0095978-33.2022.8.19.0000;

(2) **pelo indeferimento** do pedido formulado pelo Ministério Público em Id. 43086429, item 5, replicado no item 11 do Id. 53130297, à luz do entendimento exarado pela Sexta Câmara de Direito Privado no julgamento dos Agravos nº 0095978-33.2022.8.19.0000 e 0099398 46.2022.8.19.0000, de que eventuais infrações penais cometidas pelo Grupo Riopet devem ser denunciadas aos órgãos competentes, obedecendo-se aos procedimentos descritos na legislação penal e processual cabível, à luz do contraditório e ampla defesa, e julgados pelo juiz natural competente;

(3) **pelo indeferimento** dos pedidos de modificação e exclusão de cláusulas do PRJ de Id. 42675, formulado pelo *Parquet* nos itens 2 e 3 do parecer de Id. 53130297, haja vista a flagrante extemporaneidade;



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

(4) **pelo indeferimento** do pedido de revogação da decisão de Id.45539942, formulado pelo Ministério Público nos itens 5 e 6 de Id.53130297, sendo mantidos os referidos valores à disposição das Recuperandas;

(5) **pelo desprovemento** dos Embargos de Declaração de Id.38682511, com a consequente manutenção da decisão de Id.36743744, diante da ausência das hipóteses previstas no art. 1.022 do Código de Processo Civil, e da superação da matéria no âmbito dos Agravos de Instrumento nº 0095978-33.2022.8.19.0000 e 0099398 46.2022.8.19.0000;

(6) **pelo desentranhamento** dos pedidos de “habilitações”, “impugnações” e “anotações de procuradores” juntados aos autos e elencados no capítulo V deste Relatório, bem como da petição de Id.43954808, notadamente protocolada nestes autos por equívoco, além do mandado de intimação de Id. 38528941, eis que se trata de diligência estranha aos autos;

(7) **pela homologação** da proposta de honorários apresentada pelas Recuperandas em Id. 54225894, bem como da desistência dos Embargos de Declaração de Id. 38700495, em razão da manifesta perda de objeto.

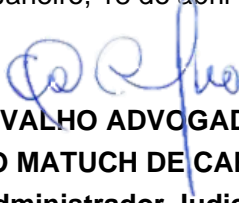
(8) **pela inclusão** da análise da divergência do credor Elevate Export Finance Corp, na forma do capítulo VII deste relatório, na relação de credores do Administrador Judicial de Id. 53903394, de modo que passe a constar o valor US\$ 904.665,64 (novecentos e quatro mil seiscentos e sessenta e cinco dólares norte-americanos e sessenta e quatro centavos), na classe III (quirografários), em favor de **Elevate Export Finance Corp.**



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2023.



MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS

MURILO MATUCH DE CARVALHO

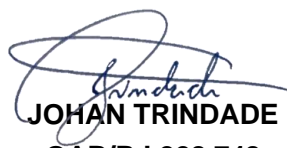
Administrador Judicial

OAB/RJ 137.860



JULIO MATUCH DE CARVALHO

OAB/RJ 98.885



JOHAN TRINDADE

OAB/RJ 228.748



MICHELLE S. SAMPAIO

OAB/RJ 201.825



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

ADITIVO À RELAÇÃO DE CREDORES DA RECUPERANDA RIOPET EMBALAGENS S/A

CREDOR	VALOR
Elevate Export Finance Corp	US\$ 904.665,64

